

Senado requer auditoria do TCU sobre loterias

O Plenário aprovou requerimento de Alvaro Dias solicitando ao Tribunal de Contas da União auditoria no Sistema de Pagamento de Loterias da Caixa. Objetivo é examinar possível envolvimento em lavagem de dinheiro. **Página 7**



Autor da proposta, Maciel acredita que a aprovação é início da reforma política

Partidos podem se sujeitar de novo a cláusula de desempenho

O restabelecimento da cláusula de desempenho, que impõe restrições ao funcionamento parlamentar de partidos que não alcançarem determinados percentuais de votos nas eleições para a Câmara dos

Deputados, foi aprovado pela Comissão de Justiça do Senado. A proposta deve ser votada ainda pelo Plenário. O senador Inácio Arruda, do PCdoB, apresentou voto em separado contrário à idéia. **Página 3**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.542 – Brasília, quinta-feira, 1º de março de 2007

SEGURANÇA

Congresso vai definir pacote de medidas em favor da paz



Paulo Hartung (1º à esq.), José Serra, Chinaglia, Renan, Aécio Neves e Sérgio Cabral debatem sugestões; já na Comissão de Justiça, Antonio Carlos preside a reunião em que senadores resolveram ampliar discussão

O Senado e a Câmara decidiram ontem abrir duas frentes para combater a violência. Ao mesmo tempo em que adiou a votação das propostas que reduzem a maioria penal, a Comissão de Justiça do Senado criou um grupo de trabalho para apresentar, em 45 dias, "um verdadeiro e completo pacote contra a criminalidade". Depois de receber sugestões dos governadores do Sudeste, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que ele e o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, pretendem criar uma comissão do Congresso para sistematizar as propostas sobre segurança. **Páginas 4 e 5**

Senado busca modernização que preserve o meio ambiente

A modernização administrativa do Senado vai buscar, ao lado da redução de custos, a preservação do meio ambiente.

A primeira medida é optar por veículos menos poluentes por ocasião das substituições eventualmente necessárias. **Página 2**



Comissão de Educação aprova incentivo a projetos de ciência e tecnologia

Empresas que investirem em pesquisa científica e inovação tecnológica podem ser beneficiadas por projeto aprovado

ontem pela Comissão de Educação do Senado. A proposta, que tramita em regime de urgência, vai ao Plenário. **Página 8**

Entre as decisões da Mesa do Senado está a criação de colegiados para avaliar o sistema tributário brasileiro e para realizar estudos políticos sobre problemas do país



Senadores da Mesa decidiram dar agilidade ao exame da proposta que altera forma de apreciação de vetos do presidente da República

Senado busca gestão que proteja o meio ambiente e reduza custos

O Senado terá a consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para modernizar seus processos administrativos, no sentido de reduzir os danos ao meio ambiente e os custos financeiros. A contratação dos serviços foi decidida ontem pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e demais integrantes da Mesa. A primeira medida de proteção ambiental, porém, já foi tomada: a substituição de automóveis, quando necessária, será feita por veículos de combustível menos poluente, conforme informou Renan.

Os senadores decidiram também criar uma subcomissão de avaliação do sistema tributário nacional, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A intenção dos integrantes da Mesa é assegurar mais justiça na distribuição de tributos entre as unidades da Federação.

Ficou estabelecido ainda que os membros da Mesa participarão

das comissões permanentes. Renan explicou que hoje essa participação é vedada pelo Regimento Interno, que deve ser alterado.

Ele informou que a Mesa resolveu também dar agilidade à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 57/05, do senador Marco Maciel (PFL-PE), que propõe a apreciação de vetos separadamente pelo Senado e pela Câmara, com 30 dias de prazo antes de a pauta ficar sobrestada.

Segundo afirmou, o processo atual é lento, resultando na existência de vetos apostos há mais de dez anos para serem apreciados.

Renan disse que vai conversar com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para que seja reduzido o número de medidas provisórias.

– Tivemos, nos últimos dois anos, uma média de 65% das sessões com pautas trancadas por MPs e isso não pode continuar porque deturpa a própria imagem

do Poder Legislativo – frisou.

O presidente do Senado anunciou a criação de comissão de altos estudos políticos para refletir sobre os problemas do Brasil.

Modernização do trabalho

Ao final da reunião da Mesa, o 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), observou que a modernização dos processos de trabalho na Casa deverá tornar as sessões plenárias e as reuniões das comissões mais ágeis e facilitar o acesso do público aos trabalhos legislativos. Para isso, salientou, poderá ser necessário diminuir o tempo dos discursos e valorizar mais as deliberações.

Alvaro disse que é preciso tornar o Senado capaz de oferecer respostas mais rápidas às demandas da sociedade.

Também participaram da reunião o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão do Plenário será deliberativa e terá início às 14h. Em pauta, três medidas provisórias que abrem créditos extraordinários em favor de diversos ministérios (MPs 331/06, 332/06 e 333/06).

Projeto prevê divulgação dos direitos humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove reunião às 9h. Em pauta, o projeto que prevê a difusão, por órgãos públicos, dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, principalmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.

Comissão vota indicação para a Anatel

A indicação de Ronaldo Mota Sardenberg para ocupar o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações é um dos itens em discussão na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que se reúne às 10h. Também em pauta o requerimento de convite ao ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e ao presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, para esclarecerem o acordo feito entre Brasil e Bolívia a respeito do gás.

Desenvolvimento Regional abre trabalhos

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) abre seus trabalhos hoje, às 11h. A reunião conta com a participação dos ministros do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e da Integração Nacional, Pedro Brito do Nascimento. Devem também estar presentes os governadores do DF, José Roberto Arruda; de Goiás, Alcides Rodrigues; de Mato Grosso, Blairo Maggi; e de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.

Biocombustível

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se às 11h com o objetivo de votar requerimento de criação de sua primeira subcomissão. A proposta prevê que o novo colegiado acompanhe o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Ciência e Tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se às 10h30 para elaborar cronograma de trabalho. O colegiado vota ainda requerimento para a realização de audiências públicas destinadas a ouvir separadamente os ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, e das Comunicações, Hélio Costa.

Errata

O senador Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu que a Organização das Nações Unidas (ONU) institua um organismo para tratar da questão ambiental

em todo o planeta, e não apenas na América do Sul, conforme noticiou o Jornal do Senado, em matéria publicada ontem, na página 3.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Efraim Moraes e Papaléo Paes

Marconi critica medidas provisórias e acúmulo de vetos sem votação

“Não posso concordar com a insistência do Executivo de governar através de medidas provisórias, tampouco posso concordar com a não-apreciação dos vetos presidenciais, muitas vezes engavetados aqui nesta Casa”, afirmou ontem o senador Marconi Perillo (PSDB-GO), ao anunciar, em seu primeiro pronunciamento do Plenário, as posições que defenderá durante o mandato.

Na avaliação do parlamentar, o Congresso é obrigado a se debruçar sobre uma série de MPs – “ou desmedidas provisórias, como costumava dizer Ulysses Guimarães” –, em vez de estar discutindo temas que poderiam levar o país à modernidade, como as reformas política, trabalhista e tributária, um novo pacto federativo e as diretrizes que viabilizem o crescimento do Brasil de forma sustentável.

O ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL) – um dos 15 senadores que apartearam Marconi –, embora tenha concordado com a necessidade de algo ser feito com relação às MPs, ressaltou que é difícil governar na atual conjuntura sem esse instituto. Arthur Virgílio (PSDB-AM) expressou sua expectativa de que Marconi repita no Senado a atuação que teve como deputado.

Alvaro Dias (PSDB-PR) opinou que a chegada de Marconi Perillo valoriza e aumenta a credibilidade do Legislativo. José Agripino (PFL-RN) enumerou qualidades



Marconi Perillo: em vez de MPs, Congresso deveria estar debatendo temas relevantes

do orador, enquanto Joaquim Roriz (PMDB-DF) classificou Marconi como um político lutador e trabalhador. Já Lúcia Vânia (PSDB-GO) opinou que Marconi fez um governo inovador. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que Goiás é privilegiado por ter uma bancada integrada por Marconi, Lúcia Vânia e Demostenes Torres (PFL).

Tasso Jereissati (PSDB-CE) destacou que o seu correligionário é protagonista de uma das vitórias eleitorais mais expressivas no país. Demostenes disse que o seu colega teve um início marcante no Senado ao ter sido escolhido para presidir a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O senador goiano também recebeu apertes de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), João Tenório (PSDB-AL), Marco Maciel (PFL-PE), Romeu Tuma (PFL-SP) e Efraim Morais (PFL-PB).

Alfredo Nascimento diz que PAC é o melhor caminho para o país

O senador Alfredo Nascimento (PR-AM), que inicia seu primeiro mandato nesta legislatura, fez ontem um discurso de apresentação, lembrando seus compromissos com o povo e o estado do Amazonas. Depois de 20 anos dedicados à administração pública, em diversos cargos importantes, Alfredo Nascimento começa sua carreira legislativa pelo Senado Federal.

– Na maioria das vezes, o Senado é o ápice de uma trajetória. Por isso, a primeira certeza que carrego é a de que terei muito a aprender com pares tão destacados – disse o parlamentar do Amazonas, que já foi vice-governador, secretário de governo, superintendente da Zona Franca de Manaus, prefeito de Manaus e ministro dos Transportes no primeiro governo de Luiz Inácio



Alfredo Nascimento reitera compromisso com o desenvolvimento e a justiça social

Lula da Silva.

Nascimento prometeu um mandato com muito trabalho, inarredável postura ética, compromisso com a justiça social e com o desenvolvimento do país. O senador manifestou seu apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que considera “o melhor caminho para o Brasil”.

Vai ao exame do Plenário projeto que impõe restrições a partidos que não atingirem patamar mínimo de votos nas eleições para a Câmara

Proposta que reinstalou cláusula de desempenho é aprovada na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição, do senador Marco Maciel (PFL-PE), que restabelece a cláusula de barreira – ou cláusula de desempenho, como prefere o autor. A proposta impõe restrições ao funcionamento parlamentar de partidos políticos que não alcancem determinado patamar de votos nas eleições para a Câmara. O projeto vai a Plenário e poderá valer já nas próximas eleições.

De acordo com o texto (PEC 2/07), a lei poderá estabelecer distinções entre os partidos que obtiverem um mínimo de 5% de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com um mínimo de 2% dos votos em cada um desses estados, e os partidos que não atingirem esse patamar.

O relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), ao apoiar a PEC de Maciel, criticou as agremiações que são “autênticos balcões de negócios” e disse que a proposta tem por meta enxugar o quadro partidário. A proliferação de partidos, afirmou, contribui para um distanciamento entre a população e seus representantes.



Autor da matéria, Marco Maciel lembra que o instituto existe em 44 países

Para ele, o partido que não atingir a cláusula de desempenho deve ir para a rua, lutar pelo fortalecimento de sua agremiação.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a cláusula de barreira, por considerá-la inconstitucional. Os ministros entenderam que o instituto fere o estado democrático de direito e o pluralismo político.

Na sessão do Senado de terça-feira, os pequenos partidos sofreram um duro golpe, quando foi aprovado projeto que distribui a todos os partidos 5% dos recursos do Fundo Partidário e destina os 95% restantes àqueles com representação na Câmara, a serem divididos na proporção dos votos

obtidos nas eleições.

Reação

O PCdoB, por intermédio do senador Inácio Arruda (CE), apresentou oralmente voto em separado contrário à aprovação da PEC. Em uma longa explanação, Inácio Arruda tentou convencer o plenário da CCJ de que o chamado quociente eleitoral, constante da legislação partidária, representa real impedimento para que partidos políticos que não alcancem determinado número de votos elejam um representante para a Câmara. Para o senador, o quociente eleitoral é, na prática, uma cláusula de barreira.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou emenda, não acolhida pela comissão, que abria brecha para que dois ou mais partidos pudessem constituir uma federação de partidos. Segundo Marco Maciel, a emenda poderia ser acolhida na legislação ordinária que vai tratar da cláusula de desempenho. Ele frisou que o instituto existe em mais de 44 países.

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu novas leis, com enxugamento de partidos, que, disse, podem ser reduzidos a quatro – hoje são 28 registrados no TSE.



O ex-primeiro-ministro iraquiano Ibrahim al-Jaafari (C) e parlamentares daquele país são recebidos por Tião Viana e grupo de senadores

Delegação parlamentar do Iraque visita o Senado

O governo e o Parlamento brasileiros são solidários ao povo iraquiano e têm a intenção de fortalecer acordos bilaterais e relações comerciais entre os dois países, disse ontem o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), ao ex-primeiro ministro do Iraque e presidente do partido iraquiano Dawa, Ibrahim Abdulkareem Hamzah al-Jaafari. O visitante estava acompanhado de outros parlamentares daquele país.

Tião Viana salientou que o Iraque precisa de reequilíbrio sociopolítico e de reorganização social que possibilitem a paz. Ele informou que os parlamentares iraquianos externaram a vontade de aproximação e de fortalecimento das relações comerciais.

Ibrahim al-Jaafari afirmou que, apesar da distância física entre Brasil e Iraque, seu país consegue manter com o governo brasileiro um relacionamento nas áreas

política e comercial que não tem com alguns países que são vizinhos geograficamente.

Durante a sessão do Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a presença de Ibrahim al-Jaafari no Plenário. O ex-primeiro-ministro convidou os parlamentares para uma visita ao Iraque em maio, por ocasião de exposição que contará com a presença de 20 empresas brasileiras, em Amã. Suplicy aceitou o convite.

Formado por seis senadores, colegiado vai analisar, além da maioria penal, propostas sobre educação, unificação das polícias e alterações no Orçamento

Grupo de trabalho vai estudar pacote de medidas contra o crime

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) criou ontem um grupo de trabalho composto por seis senadores com a finalidade de apresentar o que Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor do requerimento, chamou de um “verdadeiro e completo pacote contra a criminalidade”.

O grupo deverá analisar propostas que vão desde a redução da maioria penal até sugestões para a área da educação, unificação das polícias e alterações necessárias no Orçamento com o objetivo de viabilizar as medidas. A idéia é que apresente suas conclusões em 45 dias.

– Aprovando somente a alteração na imputabilidade penal, corremos o risco de ser parciais. Em 45 dias, a Casa receberá uma consolidação de projetos contra a criminalidade muito mais completa – avaliou Jereissati.

O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o autor do substitutivo à Constituição que tratam da redução da maioria penal, Demostenes Torres (PFL-GO), fizeram questão de deixar claro que eram contrários ao adiamento da votação da matéria. Para eles, os membros da colegiado deveriam



Tasso Jereissati, entre Demostenes Torres e Patrícia Saboya, propôs um amplo debate

decidir imediatamente sobre a imputabilidade.

Antonio Carlos adiantou que farão parte do grupo – que será presidido por ele – Demostenes Torres, Aloizio Mercadante (PT-SP), autor do voto em separado contrário à redução da imputabilidade para 16 anos, e Jereissati. Os outros nomes ainda serão decididos pelo presidente da CCJ.

O grupo deverá analisar também proposições como as que determinam recursos para a construção de presídios e de sistemas de internação de menores, já que essas eram propostas que corriam o risco de ser deixadas de lado, segundo avaliou Jereissati. Ele negou que a formação do grupo

tenha a intenção de protelar a votação da redução da maioria penal.

– Essa proposta é mais que um compromisso; está em jogo o nosso papel de legislador.

Jereissati destacou ainda que caberá à imprensa e à sociedade fazerem pressão para que a votação das propostas, quando remetidas à Câmara, também seja célere.

Demostenes Torres ressaltou seu temor de que o Senado Federal venha a ser acusado de “empurrar o problema com a barriga”. Já Mercadante acredita que o envio de um pacote mais completo para a Câmara é mesmo o melhor caminho.

Mercadante quer alternativa “global e profunda”

No voto em separado que apresentou à Comissão de Justiça, Aloizio Mercadante defendeu a manutenção da maioria penal aos 18 anos e a busca de uma alternativa “global e profunda”, com o envolvimento de todos os poderes. Ele disse que a idade da imputabilidade penal não pode se transformar “na grande vilã da segurança no Brasil” e salientou que a redução para 16 anos não resolveria o problema do aumento da criminalidade.

– O Senado deve apresentar uma proposta ampla, que contemple as responsabilidades do governo federal, dos governos estaduais, do Parlamento, do Ministério Público, do Judiciário, enfim, uma alternativa global e profunda sobre a questão da segurança pública, em todos os seus aspectos, inclusive na questão do



Mercadante: redução da idade não resolve problema

financiamento e do tratamento do jovem infrator no Brasil.

Demostenes Torres, por sua vez, defendeu a votação rápida de seu substitutivo, e argumentou que a discussão, a seu ver, já estava bastante madura. Ele acredita, no entanto, que outras propostas precisam ser aprovadas, como a que determina o estudo em tempo integral. O senador citou pesquisa de um instituto das Nações Unidas revelando que 10%

dos crimes são praticados por crianças e adolescentes, o que corresponde a quase 2% do total de homicídios.

Em 45 dias, serão apresentadas pelo grupo de trabalho sugestões para complementar os documentos preparados tanto por Mercadante como por Demostenes, relator das propostas sobre antecipação da maioria penal (PECs 18/99, 20/99, 3/01, 26/02, 90/03 e 9/04).

Protesto

Integrantes do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente presentes à reunião da CCJ vibraram quando o substitutivo que reduz a maioria penal deixou de ser votado, para ser analisado pelo grupo de trabalho proposto por Jereissati. O presidente da Comissão de Justiça, Antonio Carlos Magalhães, repreendeu a manifestação.

Entidades de defesa da criança se colocam contra redução da idade

Representantes de cerca de cem associações do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com sede em todos os estados brasileiros, acompanharam ontem, na Comissão de Justiça, a discussão do substitutivo às seis propostas de emenda à Constituição que tratam da redução da maioria penal. O fórum congrega aproximadamente mil organizações.

Contrários à diminuição da idade para imputabilidade penal, os manifestantes ocuparam parte do plenário da CCJ, vestindo camisetas vermelhas estampadas com a imagem de uma roupinha de

bebê listrada e com a frase “Não ao rebaixamento da idade penal. O estatuto está aí, só falta cumprir”. Eles cobram investimento em políticas públicas voltadas à defesa da juventude brasileira, bem como o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Para a representante do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), Carine Figueiredo, se for aprovado o rebaixamento da idade penal para 16 anos, dentro de pouco tempo haverá necessidade de diminuir ainda mais a faixa etária de responsabilidade penal.



Valadares também prega mudança no sistema de segurança pública do país

Para Valadares, é preciso alterar a legislação penal

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou ontem, em Plenário, a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de formar um grupo de trabalho para, em 45 dias, estudar, entre outros temas ligados à segurança, a proposta de antecipação da maioria penal no país. O senador admitiu a existência de relação entre criminalidade e pobreza, mas defendeu a necessidade de revisão da legislação penal e do sistema brasileiro de segurança pública.

Na opinião de Valadares, o aumento da violência e a incapacidade do poder público em responder ao avanço da criminalidade teriam estimulado o racha na sociedade em torno da redução da maioria penal. De um lado, segundo ele, estariam os que defendem a iniciativa como forma de intimidar novas investidas criminosas; de outro, aqueles que apostam mais em medidas socioeconômicas que no endurecimento da punição para combater a violência.



Presidente deve entender que é preciso tirar o menor da rua, diz Valter Pereira

Valter Pereira cobra ação do Judiciário e do Executivo

Valter Pereira (PMDB-MS) manifestou-se, em discurso feito no Plenário, a favor da redução da maioria penal, mas disse que qualquer medida tomada pelo Congresso irá depender de uma contrapartida dos poderes Executivo e Judiciário. Ele afirmou que o grupo criado no âmbito da Comissão de Justiça deve apresentar uma série de medidas para serem votadas, “mas que podem dar em nada”.

– Nesses próximos 45 dias, um novo arsenal de medidas será definido e proposto. Mesmo esse arsenal não será suficiente se o Executivo não fizer o dever de casa; se o presidente Lula não entender que é preciso tirar a criança da rua e lhe dar vida decente.

Valter Pereira observou que a decisão da CCJ, em princípio, lhe trouxe inquietação, uma vez que ele considera a redução da maioria penal uma justa cobrança da sociedade, cujos cidadãos vêm sendo privados do direito básico de ir e vir, “encarcerados em suas próprias casas”.

Presidentes do Senado e da Câmara recebem sugestões de governadores, que serão acrescentadas às propostas em tramitação



Osmar Dias elogia escolas de tempo integral em construção em Foz do Iguaçu

Osmar Dias: contra criminalidade, educação

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu investimentos maciços em educação como saída para a diminuição da criminalidade entre os jovens. Citou especificamente a construção de escolas de tempo integral em Foz do Iguaçu (PR) como a iniciativa adequada para tirar a juventude das ruas.

O senador elogiou a PEC de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o fundo de apoio às vítimas da violência. Por sugestão de Cristovam Buarque (PDT-DF), Osmar Dias vai apresentar emenda à PEC destinando à educação básica 10% dos recursos do fundo.



Serys pede medidas dos governos federal e estadual para a educação e contra o crime

Serys quer união de esforços pela segurança em MT

A presença de quatro municípios mato-grossenses na lista dos dez mais violentos do país – sendo que Colniza e Juruena estão no topo do ranking dos municípios com maior número proporcional de homicídios – e a inclusão de Cuiabá entre as capitais cujos alunos tiveram pior desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não são mera coincidência, na opinião de Serys Slhessarenko (PT-MT). Ela classificou os resultados como alerta de que os governos estadual e federal devem unir esforços para alterar essa realidade.

Comissão deve sistematizar projetos sobre segurança

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem, após reunião com os governadores do Sudeste, que ele e o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, pretendem criar uma comissão representativa do Congresso para sistematizar as matérias referentes à segurança pública, a partir da triagem que vem sendo realizada e das sugestões entregues pelos governadores. A comissão definiria uma agenda comum para a votação de projetos nos próximos 40 dias nas duas Casas, “sem disputa entre elas”.

– O que a sociedade não tolera é a omissão do Parlamento. Não vamos resolver o problema da segurança pública nos concentrando em apenas uma ou outra questão, mas é preciso que nos debruçemos sobre a legislação, sim. Nosso Código Penal é de 1940. O país enfrenta muitas dificuldades para investigar, daí a impunidade. É preciso que enfrentemos com pulso firme essa questão – afirmou o presidente do Senado.

Renan avaliou como positiva a presença dos governadores porque eles davam, sobretudo, “um indicativo do que fazer”. Os governadores José Serra (PSDB-SP), Aécio Neves (PSDB-MG), Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Paulo Hartung (PMDB-ES) reuniram-se com os presidentes da Câmara e do Senado para pedir atenção prioritária para os pro-

jetos da área de segurança que tramitam no Congresso. Eles apresentaram uma lista com 13 sugestões de propostas para alterar a legislação federal.

– A presença dos governadores ajuda muito, porque eles vivem o cotidiano, conhecem a realidade da população e podem, assim, contribuir para que o Parlamento dê a melhor resposta para a sociedade – observou.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, comemorou o fato de a iniciativa dos governadores coincidir com a do Congresso.

– Futuramente, vamos devolver a visita porque, uma vez esgotado esse trabalho inicial aqui no Congresso, há uma série de questões que dizem respeito a uma ação integrada do Estado, do Parlamento e da sociedade que precisam ser trabalhadas. Vamos continuar conjugando esforços para aprimorar a legislação e o trabalho de outros agentes públicos – assinalou.

Governadores

Segundo o governador José Serra, “alterar a legislação não é suficiente, mas é condição necessária para a questão da segurança”.

– Nossas propostas são baseadas em projetos que já tramitam no Congresso Nacional – disse.

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, afirmou que é preciso “votar com celeridade as leis que permitam um enfrentamento mais adequado da violência e cri-

minalidade no país”.

Já Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, voltou a defender a autonomia dos estados para legislar sobre matérias penais. Sua proposta, no entanto, não foi incluída entre os itens apresentados a Renan Calheiros e Arlindo Chinaglia, porque não houve consenso entre os quatro governadores.

Propostas

Entre as sugestões entregues ontem está a tipificação penal específica para as organizações criminosas criadas com o objetivo de atuar em prisões ou para dominar determinados territórios e o aumento das penas previstas para crimes contra a “incolumidade pública”, como os de perigo comum e os contra a segurança dos meios de comunicação e transporte; para motim de presos; homicídios dolosos cometidos contra policiais, magistrados, membros do Ministério Público, servidores do sistema prisional e das unidades de internação de adolescentes, quando esses estiverem no exercício da função ou se o crime ocorrer por causa dela.

Também estão entre as propostas a determinação de que as prestadoras de serviço de telefonia celular impeçam a recepção de sinal em unidades prisionais; a implementação de penas mais rigorosas para os autores de crimes hediondos, em contraste com as dos autores de crimes comuns; e a extensão da delação premiada a condenados.

Inácio Arruda destaca potencial do Ceará para gerar energia limpa

Inácio Arruda (PCdoB-CE) alertou para o potencial de produção de energia limpa que o Nordeste tem. Segundo ele, “a maior jazida eólica do mundo”.

– Lá no Ceará, nós já discutimos aquecimento global há uns 300 anos, porque lá nós sempre fomos muito aquecidos. Mas agora temos a oportunidade de produzir energia limpa, energia eólica, e estamos deixando passar essa oportunidade – advertiu, lembrando o sonho do ex-governador Virgílio Távora, que queria implantar um pólo siderúrgico no Ceará, apesar de o estado não dispor de jazidas de

minério de ferro ou de gás natural para alimentar os fornos.

Inácio Arruda defendeu a instalação de uma siderúrgica no Ceará como forma de descentralizar o desenvolvimento econômico. Para isso, sugeriu que o governo federal faça o investimento em parceria com a iniciativa privada. O senador sugeriu ainda que o desenvolvimento deveria ser o ponto central do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), levando em conta o conjunto da nação.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse, em aparte, que concorda com a necessidade de



Inácio Arruda diz que o Nordeste tem “a maior jazida eólica do mundo”

destravamento e de descentralização do desenvolvimento, mas perguntou quem travou o crescimento. Acrescentou que o presidente Lula criou o PAC, mas foi ele também quem governou o país nos últimos quatro anos. Para Mozarildo, o PAC não tem preocupação com o desenvolvimento regional.

Membros da Mesa nas comissões

O Plenário do Senado autorizou ontem os membros da Mesa, exceto o presidente, a também participarem, como integrantes, das comissões permanentes da Casa e de suas respectivas subcomissões.

A decisão é resultado de parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao Projeto de Resolução do Senado 4/07, de autoria do senador César Borges (PFL-BA). Eduardo Azeredo apresentou voto favorável à aprovação da matéria na forma de substitutivo. O texto vai à promulgação.

Homenagem à campanha da CNBB

O Plenário aprovou requerimento dos senadores José Nery (PSOL-PA) e Flávio Arns (PT-SC) para que a hora do expediente da sessão do dia 4 de abril seja dedicada a homenagear a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deste ano, cujo tema é Fraternidade e Amazônia, e o lema, Vida e missão neste chão.

Foi também aprovado requerimento de Edison Lobão (PFL-MA) para a realização de sessão especial, às 10h de 18 de abril, para celebrar o Dia do Exército Brasileiro, que transcorrerá no dia 19.

Mão Santa elogia Michel Temer

Com a proximidade da Convenção Nacional do PMDB, marcada para 11 de março, em Brasília, Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a permanência do deputado federal Michel Temer na presidência do partido, cargo que ocupa desde 2001. “Nunca vi qualquer sinal de fraqueza ou indignidade na condução do PMDB por Temer”, afirmou.

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim também deverá disputar o cargo, tendo recebido críticas de Mão Santa por ser o candidato supostamente mais admirado pelo presidente da República.



Eliseu Resende enfatiza papel de Getúlio Vargas na modernização do país

Eliseu Resende comemora 50 anos de Furnas Centrais Elétricas

O senador Eliseu Resende (PFL-MG) comemorou em Plenário os 50 anos de Furnas Centrais Elétricas, que, no dia 28 de fevereiro de 1957, recebia o aval oficial do então presidente da República, Juscelino Kubitschek, para sua construção. O parlamentar enfatizou a visão do presidente Getúlio Vargas por este ter percebido, ao final

da Segunda Guerra Mundial, que o Brasil não poderia ficar na retaguarda mundial, e ter empreendido inúmeros esforços para modernizar o país, entre os quais a construção do parque energético nacional.

– Passadas essas cinco décadas e constatando que o Brasil cresceu nesse meio século, podemos imaginar o que seria do nosso

país sem a visão daqueles grandes homens dos anos 50.

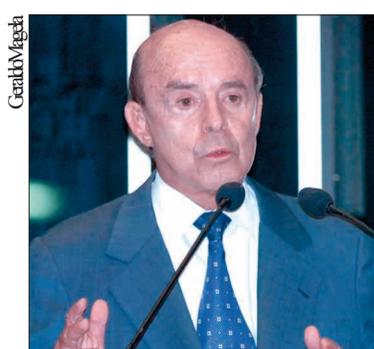
Eliseu Resende relatou a visita do engenheiro Francisco Noronha, a convite do colega de profissão Murilo Mendes, ao sítio do pai deste, o engenheiro José Mendes Júnior, para conhecer os cem metros de corredeira do rio Grande que formavam uma barragem natural em Minas Gerais.

– As corredeiras do rio Grande formavam muralhas laterais de mais de cem metros de altura. As barragens de Furnas aconteciam diante de seus olhos como um sonho de engenheiro – relatou o parlamentar, que se disse orgulhoso como engenheiro, mineiro e brasileiro de ter participado da história do nascimento da hidrelétrica.

Para Dornelles, Caixa deverá garantir FGTS aplicado no PAC

Apesar de manifestar seu apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para investimentos em infraestrutura, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) posicionou-se contra a criação de um fundo de investimento com o dinheiro do FGTS. Ele defendeu que esses investimentos sigam a mesma sistemática já existente na aplicação de recursos do fundo em habitação e saneamento.

– O Conselho Curador do FGTS fixaria periodicamente um montante de recursos a ser aplicado em infraestrutura e tais financiamentos seriam concedidos diretamente pela Caixa Econômica Federal. O risco do investimento em infraestrutura seria da Caixa, porque, sendo ela uma instituição financeira de fomento, tem por obrigação avaliar a pertinência e a qualidade



Risco do investimento em infraestrutura seria da Caixa, explica Francisco Dornelles

de um projeto, a confiabilidade e a capacidade de pagamento do credor – explicou.

O senador registrou que sua proposta não é novidade, apenas sugere que seja seguido o mesmo rito adotado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que empresta recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O banco usa os recursos do FAT e de outras fontes para conceder financiamentos em

infra-estrutura e é inteiramente de seu risco avaliar as operações e os tomadores do crédito.

Na avaliação de Dornelles, a criação do fundo de investimento com recursos do FGTS abre um precedente perigoso e desnecessário. Ele classificou como injustificável a poupança do trabalhador ser aplicada em operações de razoável risco, sem prévia autorização dos próprios trabalhadores, que são os donos dos recursos.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) opinou que a proposta de Dornelles é a mais adequada, até o momento, por ser equilibrada e por assegurar que os investimentos feitos em obras de infraestrutura com os recursos do FGTS não provocarão prejuízos no patrimônio dos trabalhadores. Já o senador César Borges (PFL-BA) reforçou a necessidade de que os recursos do FGTS sejam preservados.

Arthur Virgílio adverte para riscos da economia globalizada

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a economia do Brasil viveu, na terça-feira, seu primeiro teste efetivo em dia de turbulência global, por conta da queda de 8,8% da bolsa na China.

– O governo Lula beneficiou-se do maior período de bonança da história econômica mundial recente, mas não aproveitou os bons ventos para tornar a economia brasileira mais robusta. Não se sabe, agora, até quando essa chance de ouro perdurará – disse.

O senador citou como exemplos das consequências da queda da bolsa da China, a queda da Bovespa (6,63%) e a da bolsa americana (índice Dow Jones) e a subida do índice do risco-país (Brasil) em 12%.

– As quedas nas bolsas mundiais indicam que o país, assim como boa parte dos emergentes,



Brasil não aproveitou bons ventos da economia mundial, sustenta Virgílio

está estacionado sobre placas de gelo que podem derreter a qualquer momento – alertou.

Virgílio frisou que “seria aconselhável ao governo aproveitar melhor as oportunidades não apenas acumulando reservas, mas fazendo mudanças estruturais para fortalecer a economia. Algo que até agora o governo não conseguiu ou não quis empreender”.

César Borges critica baixo crescimento do PIB em 2006

O senador César Borges (PFL-BA) criticou o baixo crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2006 – 2,9% – divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele lembrou que no início do ano passado, quando o governo anunciou um crescimento de 4,5%, a oposição apontou a falta de condições do país para alcançar esse objetivo.

César Borges enumerou, entre as condições adversas para o crescimento do PIB, os altos juros, a falta de financiamento para a produção, de infraestrutura e de apoio à agricultura e à indústria.

– Absolutamente nada foi feito para que o país crescesse 4% ou 4,5% – disse.

O senador lembrou que 2006

foi o segundo ano seguido em que o crescimento do PIB ficou abaixo de 3%. Em 2005, a economia brasileira cresceu apenas 2,3%. A média, ao longo dos quatro primeiros anos do governo Lula, salientou, foi de 2,6%, enquanto a economia mundial cresceu 5,2% anuais no mesmo período. Com o resultado de 2006, acrescentou, a economia brasileira completa 11 anos de crescimento abaixo da média mundial.

O parlamentar também criticou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo em janeiro, afirmando que “não passará de promessas” e de “um engodo”, porque não há recursos para sua execução. Ele apontou o contingenciamento de R\$ 16 bilhões dos R\$ 22 bilhões



César Borges diz que pacote lançado pelo governo não passará de “um engodo”

previstos para investimentos, este ano, para reforçar sua tese.

O senador apontou ainda que a política cambial do governo, que classificou de artificial, faz com que o Brasil deixe de ser competitivo nas exportações.

– Essa é a política macroeconômica do país. Estamos controlando a inflação, sim, mas estamos nos esquecendo do crescimento econômico – lamentou.

Papaléo: na América Latina, só o Haiti cresceu menos que o Brasil

“Novamente ficamos à frente apenas do Haiti, que teve crescimento estimado em 2,5%”, afirmou ontem o senador Papaléo Paes (PSDB-AP), ao comentar, em Plenário, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontam o crescimento de 2,9% do produto interno bruto (PIB) brasileiro em 2006.

O senador registrou que a média de crescimento dos países da América Latina em 2006 foi de 5,3%. Ele citou as taxas de crescimento da Venezuela (10%), Argentina (8,5%) e Uruguai (7,3%), entre outras. O crescimento brasileiro, disse Papaléo, foi um pouco superior às estimativas dos especialistas, de 2,8%, mas ficou abaixo do que o presidente Lula “chegou a prometer em 2006, que foi 5%”.

O desempenho do Brasil foi menor também que o dos países



Papaléo prega reformas para que o Brasil tenha crescimento acelerado

em desenvolvimento, os chamados países emergentes, como Rússia (6,7%), China (10,7%) e Índia (9,2%). A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), contou Papaléo, prevê que o Brasil terá de novo um dos menores índices também em 2007. Para o senador, reformas como a tributária, fiscal e previdenciária são necessárias para que o país cresça mais rapidamente.

Tribunal de Contas da União deverá fazer auditoria para verificar possível uso de instituição em crime de lavagem de dinheiro ou manipulação de resultados

Senado requer exame do sistema de loterias da Caixa

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria no Sistema de Pagamentos de Loterias da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de verificar sua utilização para crime de lavagem de dinheiro, bem como a possibilidade de manipulação de resultados.

O autor do requerimento, Alvaro Dias (PSDB-PR), justificou o pedido com base na análise de relatórios da própria Caixa enviados ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) desde 2002, aos quais teve acesso. O senador denunciou o caso em discurso na segunda-feira.

Preocupação

Alvaro Dias comentou ontem pronunciamento feito pouco antes pelo senador Sibá Machado (PT-AC), no qual o parlamentar pelo Acre defendeu a preservação da Caixa Econômica Federal na apuração das denúncias de utilização para lavagem de dinheiro, feita pelo



Sibá Machado afirma que a Caixa Econômica passa regularmente por auditorias que atestam lisura dos processos

JP/retas

representante paranaense no dia anterior. Alvaro Dias afirmou que a Caixa deve ser preservada, mas os culpados devem ser punidos.

– Compartilho das preocupações do senador Sibá Machado, de que devemos preservar a instituição, separando os funcionários qualificados e competentes, dedicados e eficientes, das “ovelhas

negras” – assinalou.

Alvaro pediu o empenho do governo na apuração de fatos relativos à denúncia. Ele disse que integrantes da instituição podem estar acobertando crimes envolvendo loterias.

– Todos tomaram conhecimento de um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financei-



Alvaro Dias pede empenho do governo na apuração dos fatos denunciados

Marc Kalne

vam envolvidos e deixaram seus cargos – exemplificou.

Proteção

Em seu discurso, Sibá Machado ressaltou que a direção da Caixa tomou todas as providências para proteger o sistema de loterias contra fraudes. Ele lembrou que a instituição passa regularmente por várias auditorias e o Tribunal de Contas da União já atestou a lisura dos processos do sistema de loterias.

Sibá disse que a Caixa obteve no ano passado lucro 15,5% maior, possui mais de 33 milhões de correntistas e destina aos cofres da União grande parte do dinheiro arrecadado por meio das loterias. Como exemplo, o senador citou o aporte de R\$ 267 milhões para o Ministério do Esporte; R\$ 719 milhões para a seguridade social; R\$ 379 milhões para o programa de financiamento estudantil do Ministério da Educação; R\$ 121 milhões para o Ministério da Cultura; e R\$ 127 milhões para a segurança pública.

Simon repete apelo ao STF sobre foro privilegiado

Em discurso no Plenário, Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a apelar aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para que adiem a decisão sobre a extensão do foro privilegiado a agentes públicos (como ministros de Estado) em casos de improbidade administrativa.

Caso a extensão seja aprovada, disse Simon, o tribunal estará decidindo que agentes públicos não estariam sujeitos à Lei dos Crimes de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), da qual ele foi relator. O senador lembrou que a aprovação da lei foi fruto de longo debate dentro do Congresso Nacional e que seu principal objetivo é a responsabilização de todos os agentes públicos que atentem contra a administração pública ou contra o erário.



“Decisão pode significar uma ruptura no já pífio combate à corrupção”, diz Simon

– Entretanto, por um entendimento que considero inacreditável, os ministros do Supremo estão em véspera de se manifestarem pela não aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa aos agentes públicos e, em especial, a ex-ministros.

Simon disse que já se manifes-

taram contra a decisão diversos segmentos sociais, como magistrados, corporações, organizações sociais e religiosas, partidos políticos e veículos da imprensa. Para o senador, caso concretizado, o fato caracterizará “uma ampla, geral e irrestrita anistia a possíveis criminosos”, e significará o arquivamento de 10 mil ações de improbidade administrativa. Ele propôs que o STF adie a apreciação da matéria para que parlamentares, ministros, procuradores, juristas e outros representantes da sociedade possam debater o assunto.

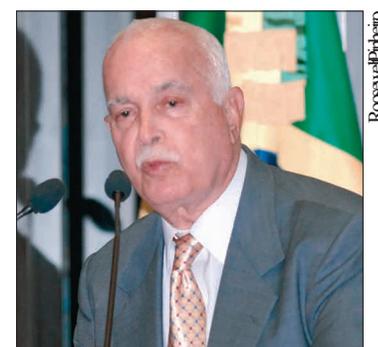
– A decisão pode significar uma ruptura no já pífio combate à corrupção. Por isso, faço daqui o derradeiro apelo. A votação é amanhã [hoje]. Que Deus tenha piedade de nós!

ACM aponta irregularidades na distribuição do Bolsa Família

Citando reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apontou ontem a existência de “muito roubo” no programa Bolsa Família. De acordo com o senador, o jornal revela que o programa não tem nenhum controle sobre a destinação dos recursos, possibilitando que esposas de vereadores e funcionários de prefeituras recebam fraudulentamente o benefício.

– Se não tem controle nenhum, evidentemente muito roubo tem. Não acredito que o presidente Lula participe disso. Ele participa de outras coisas, dessa não.

Antonio Carlos também citou artigo publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, assinado por



ACM: “Se não tem controle nenhum, evidentemente muito roubo tem”

Marcelo Rehder, informando que o índice de desemprego na faixa de 15 a 24 anos de idade duplicou nos últimos dez anos. Para o senador, o governo vem mentindo para a população ao dizer que o emprego aumentou.

Rocswell Brito



Arns lembra que atriz era conhecida como a “primeira-dama do teatro no Paraná”

Flávio Arns pede voto de pesar pela morte da atriz Lala Schneider

Flávio Arns (PT-PR) solicitou voto de pesar pela morte, ontem, da atriz Lala Schneider, aos 80 anos, em Curitiba (PR). A atriz de teatro e televisão, diretora e professora de dramaturgia, era conhecida como a “primeira-dama do teatro” no Paraná.

Arns recordou que Lala já foi considerada uma das cinco melhores atrizes do Brasil, tendo recebido o troféu Gralha Azul na categoria Melhor Atriz. Ela atuou em 99 peças, em seus 52 anos de carreira.

Para ressaltar a importância da

atriz no cenário artístico paranaense, o senador assinalou que o diretor de teatro João Luiz Fiani inaugurou um teatro que levou o nome de Fundação Teatro Lala Schneider.

A atriz foi homenageada recentemente com uma exposição

fotográfica intitulada Heroínas, de Caio Vieira, em um shopping de Curitiba, para um calendário de atrizes de destaque. Na foto, Lala representa a personagem Clara, da peça A visita da velha senhora, do dramaturgo suíço Friedrich Dürrenmatt.

Proposta do Executivo que garante a dedução, no Imposto de Renda e na CSLL, dos investimentos em projetos executados por instituições científicas e tecnológicas volta para a análise da Câmara



Comissão de Educação aprova parecer de Arns (3º à direita) favorável a alterações na Lei do Bem e requerimento de informações ao CNE

Aprovados novos incentivos fiscais para ciência e tecnologia

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer do senador Flávio Arns (PT-PR) favorável a que se façam alterações na chamada Lei do Bem (Lei 11.196/05) para a criação de incentivos fiscais a empresas que investirem em projetos de pesquisa científica e de inovação tecnológica.

O projeto, que tramita em regime de urgência, já foi aprovado pela Câmara, mas, depois de votado pelo Plenário do Senado, segue para nova análise dos deputados, devido a uma emenda aditiva aprovada na CE, apresentada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

De autoria do Poder Executivo, a matéria (PLC 124/06) garante a dedução, no Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), dos investimentos feitos em pesquisa e desenvolvimento por meio de projetos executados por instituições científicas e tecnológicas.

Para o relator da matéria, Flávio Arns, esses novos incentivos podem contribuir para o alcance

dos objetivos “altamente desejáveis” para a política nacional de inovação – como o fortalecimento de universidades e dos centros de pesquisa da Embrapa e da Fiocruz – e para que as instituições científicas e tecnológicas se aproximem das necessidades do setor produtivo.

– Muitas instituições brasileiras detêm competência reconhecida internacionalmente para a realização de pesquisas, mas tal competência é muito pouco aproveitada pelas empresas do país – explicou Arns.

O projeto permite também a utilização do critério de amortização acelerada nos gastos efetuados com bens tangíveis (como equipamentos e máquinas) e intangíveis (como royalties) voltados para a execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica, do lucro líquido para fins de determinação do lucro real.

Cumulatividade

A CE aprovou ainda, depois de muita discussão, emenda de Flexa

Ribeiro revogando parte da Lei do Bem que impedia as empresas de informática e automação da Zona Franca de Manaus, que já se beneficiavam com a redução de 70% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre sua produção, de cumular os incentivos à inovação tecnológica. Por 9 votos a 5, os senadores entenderam que não havia cumulatividade, porque, enquanto a redução do IPI contempla o consumidor, a Lei do Bem beneficia diretamente as empresas.

Foi ainda aprovado requerimento de Arns que solicita o posicionamento do Conselho Nacional de Educação em relação à idade para matrícula dos alunos no primeiro ano do ensino fundamental. O senador argumenta que alguns estados não levam em conta a Emenda Constitucional 53, do fim do ano passado – que determina o encerramento da educação infantil aos cinco anos de idade –, e vedam a matrícula de crianças que completam seis anos depois do início do ano letivo.

Paim quer comissão para avaliar material didático

A passagem do Dia Nacional do Livro Didático, celebrado ontem, foi lembrada por Paulo Paim (PT-RS), que propôs uma reflexão sobre o conteúdo repassado aos estudantes do país.

Atento ao risco de essas publicações transmitirem a crianças e aos jovens preconceitos e incitação à violência, o senador defendeu a aprovação de projeto de sua autoria para regular a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático. A proposta (PLS 63/03) altera a Lei de Diretri-

zes e Bases da Educação Nacional (LDB) para exigir que os livros didáticos e paradidáticos passem pelo crivo dessa comissão.

– O conteúdo do material adotado pelas escolas é fundamental para a formação social, cultural e de caráter dos estudantes, atuando, assim, como base para a construção da cidadania e de um país livre de violência e preconceito – considerou.

Na ocasião, Paim lembrou o caso de um livro didático com teor preconceituoso adotado, em

2003, pela rede pública de ensino do Distrito Federal. Ao levar a denúncia ao então governador, o hoje senador Joaquim Roriz (PMDB), Paim disse ter ficado satisfeito com a pronta decisão de Roriz de retirar o livro das escolas.

Medida idêntica foi adotada pelo Ministério da Educação, que era comandado pelo hoje senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Em aparte, Roriz afirmou ter tomado essa atitude consciente de que cumpria com seu dever.

Projeto garante direito à gestante de conhecer local onde será o parto

A gestante atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) pode ter o direito de saber com antecedência em que maternidade fará o parto. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Patrícia Saboya (PSB-CE), presidente da CAS, é a autora do parecer ao PLC 54/06, acolhido anteriormente pela Câmara dos Deputados. A senadora acredita que a medida proposta pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP) poderá dar mais tranquilidade e segurança à mãe.

– Especialmente nos grandes centros urbanos, não são raras as ocasiões em que a gestante em



CAS aprova parecer de Patrícia favorável a projeto: “mais tranquilidade para as mães”

início de trabalho de parto tem que fazer verdadeira peregrinação pelos hospitais da cidade, em busca de vaga em maternidade – diz Patrícia em seu relatório.

Subcomissões da CAS elegem e empossam seus novos dirigentes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) elegeu ontem os presidentes e os vice-presidentes das suas três subcomissões permanentes para um mandato de dois anos. Os eleitos foram empossados nos respectivos cargos na mesma reunião.

Os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP) e Augusto Botelho (PT-RR) foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, da Subcomissão Permanente da Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

A Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência será presidida por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e terá Flávio Arns (PT-PR) na vice-presidência.

Já a do Trabalho e Previdência será presidida por Paulo Paim (PT-RS) e terá como vice Marcelo Crivella (PRB-RJ).

A senadora Kátia Abreu (PFL-TO), que será suplente na Subcomissão de Saúde, apresentou requerimento que será examinado na primeira reunião do colegiado, pedindo a realização de audiência pública para discutir propostas de prevenção ao câncer de mama. A

senadora quer debater problemas como a falta de mamógrafos em número suficiente para atender a toda população feminina brasileira. Papaléo antecipou que apóia a proposta da audiência pública.

– Não podemos repassar a responsabilidade da saúde à iniciativa privada. A responsabilidade é pública – destacou o novo presidente da subcomissão.

Marcelo Crivella anunciou que na primeira reunião da Subcomissão do Trabalho apresentará requerimento para a realização de audiência pública a fim de discutir a contratação de 600 engenheiros chineses por uma siderúrgica no Rio de Janeiro.

Ao tomar posse na subcomissão que tratará das pessoas com deficiência, Azeredo observou que muitos avanços vêm sendo conseguidos por essa parcela da população. Citou como exemplos as conquistas previdenciárias e a implementação de instalações adaptadas para pessoas com deficiência no Senado.

– Apesar disso, muitas melhorias precisam ser implementadas ainda no país – afirmou o senador.



Mesquita Júnior, Kátia Abreu, Papaléo e Paim em reunião da Comissão de Assuntos Sociais